



Anais da Assembléia

Nº 137

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE OUTUBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caño Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Távares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/93

DIA DE ABERTURA: 18 de Outubro de 1993
 HORÁRIO: 10:00 Horas
 LOCAL: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
 Rua Cândido de Abreu - Centro Cívico - Paraná.
 OBJETIVO: SEGURO DOS BENS PATRIMONIAIS DESTE PODER.
 EDITAL: Os Editais poderão ser retirados na Diretoria de Apoio Técnico, através da Coordenadoria de Suprimentos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Curitiba, 30 de Setembro de 1993

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/93

DIA DE ABERTURA: 21 de Outubro de 1993
 HORÁRIO: 10:00 Horas
 LOCAL: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
 Rua Cândido de Abreu - Centro Cívico - Paraná.
 OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ENCARTADORA AUTOMÁTICA PARA LIVROS DE LOMBADA, COM OU SEM COSTURA, SISTEMA DE FRESAR E SERRILHAR, ALIMENTADOR DE CAPAS E SISTEMA PRENSADOR DE CAPA COM MIOLO, SISTEMA DE EXTRAÇÃO PARA REMOÇÃO DE APARAS, COLEIRO PARA COLA QUENTE COM PROGRAMADOR DE AQUECIMENTO, MESA DE SAÍDA DE LIVROS, GAVETA PARA RECEPÇÃO DE CADERNOS.
 EDITAL: Os Editais poderão ser retirados na Diretoria de Apoio Técnico, através da Coordenadoria de Suprimentos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Curitiba, 05 de Outubro de 1993

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
 ATA DA 94.^a SESSÃO ORDINÁRIA
 REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 1993

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados José Arthur Ritti e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato,

Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Cleiton Kielse, Luiz Henrique Bona Turra, Neivo Beraldin, Nereu Alves de Moura e Oswaldo Trevisan (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs DTL/SAT/273 à 286/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs: 347/93: De autoria do Deputado Antônio Annibelli que, declara de Utilidade Pública a Igreja Evangélica Batista Independente de Mangueirinha, com sede e foro em Mangueirinha, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.444. Anote-se - Arquive-se.

348/93: De autoria do Deputado Antônio Annibelli que, declara de Utilidade Pública o Centro de Promoções Humanas São Carlos de Paula Freitas, com sede em Paula Freitas e foro na Comarca de União da Vitória, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.445. Anote-se - Arquive-se.

269/93: De autoria do Deputado João Preis que, denomina "Rodovia Benedito Manoel

da Silva", o trecho da Rod. PR-218, desde o entroncamento com a PR-317 no município de Iguaraçu, passando pelos Municípios de Ângulo e Atalaia, até o entroncamento com a BR-376, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.446. **Anote-se - Arquivo-se.**

317/93: De autoria do Deputado Lourenço Fregonese que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Município de Morretes, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.447. **Anote-se - Arquivo-se.**

318/93: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública a Fundação Instituto Tecnológico Industrial - FITI, com sede no Município de Araucária, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.448. **Anote-se - Arquivo-se.**

336/93: De autoria do Deputado Nelson Justus que, declara de Utilidade Pública no Estado do Paraná, o Instituto de Desenvolvimento e Apoio à Família, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.449. **Anote-se - Arquivo-se.**

338/93: De autoria do Deputado Renato Adur que, declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Chapéu do Sol, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.450. **Anote-se - Arquivo-se.**

344/93: De autoria do Deputado Toti Colaço que, declara de Utilidade Pública estadual, a Associação de Moradores da Vila Sarkis, com sede e foro no Município de Rebouças - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.451. **Anote-se - Arquivo-se.**

332/93: De autoria do Deputado Arlindo Troian que, declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR - Ação Social de Paranaíba, com sede e foro no Município de Paranaíba, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.452. **Anote-se - Arquivo-se.**

339/93: De autoria do Deputado Algâci Túlio que, declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa e Esportiva dos Servidores Municipais do Abastecimento, ARESMA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.453. **Anote-se - Arquivo-se.**

337/93: De autoria do Deputado Nelson Justus que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim das Hortências, com sede no Município de Pa-

zenda Rio Grande, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.454. **Anote-se - Arquivo-se.**

331/93: De autoria do Deputado Arlindo Troian que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Ana Nery, do Município de Cidade Gaúcha, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.455. **Anote-se - Arquivo-se.**

310/93: De autoria do Deputado Toti Colaço que, declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Imbituva, com sede e foro no mesmo Município, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.456. **Anote-se - Arquivo-se.**

276/92: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Proprietários de Veículos de Transporte Escolar de Curitiba, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.457. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº DTL/SAT/260/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 534/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/261/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 231/92, de autoria do Deputado Ademar Traiano, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/262/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 283/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/263/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 230/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/264/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 215/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, por julgá-lo contrário ao interesse público e não ter objeto, porque a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/265/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 232/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, por julgá-lo contrário ao interesse público e não ter objeto, porque a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/266/93, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 229/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, por julgá-lo inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/267/93, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 257/93, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, por julgá-lo inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/268/93, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 231/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, por julgá-lo inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/269/93, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 138/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, por julgá-lo inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/287/93, do Sr. Governador do Estado, restituindo a esta Casa de Leis, o Projeto de Lei nº 219/92. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 656/93, do Sr. Desembargador, Ronald Accioly Rodrigues da Costa - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajustamento de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como sobre os salários do pessoal temporário, regido pela C.L.T. a partir de 1º de setembro de 1993. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3827

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os

projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3837

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 05.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3838

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada e arquivamento do Projeto de Lei nº 368/93, em pauta na sessão de 04.10.1993.

Sala das Sessões, em 05.10.93.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 3849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por oito (08) sessões, das Proposições nºs. 045/93 - 050/93 - 059/93, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 05.10.93.

(a) ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO Nº 3854

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a diminuição do interstício para a realização de uma ou mais sessões extraordinárias, logo após o término da presente sessão, para apreciação do Projeto de Lei nº 582/93, que reajusta os vencimentos dos servidores do Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 05.09.93.

(a) ANIBAL KHURY

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 583/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Fazenda Rio Grande", com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande-Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.10.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Entidade fundada em 19 de janeiro de 1991, por um grupo de voluntários, organizada e regida sob a forma de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de proporcionar às crianças excepcionais de Fazenda Rio Grande e circunvizinhos, atendimento cultural, educacional, esportivo, profissional e social.

Ao encampar o projeto de atendimento aos excepcionais de Fazenda Rio Grande e vizinhanças, pleiteamos o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 584/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1° - Fica declarada como de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Jardim Cecília com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.10.93.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Bairro Jardim Cecília e Boa Vista foi fundada no dia 14 de abril de 1984 e, desde então, vem desenvolvendo atividades com objetivo de lutar pelos interesses da comunidade, enfrentando as dificuldades encontradas nesses bairros carentes.

A entidade realiza programas benéficos com intuito de arrecadar fundos para ajudar as pessoas carentes nas horas mais difíceis. Também realiza programas recreativos, desportivos e de natureza social de um modo geral, visando proporcionar à comunidade momentos de fraternidade.

A associação promove encontros e palestras que visam a auto-determinação do ser humano, através de sua participação na organização e melhoria da sociedade.

Salienta-se, ainda, o trabalho de assistência social e atendimento aos moradores comprovadamente carentes que se encontram abandonados e sujeitos à fome.

Por estas e várias outras atividades desenvolvidas de tão nobre valor social pela associação, nada mais justo do que seu reconhecimento como de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor

Presidente, Srs. Deputados, têm coisas que a própria razão desconhece, quando se trata de política. Naturalmente, não vai terminar hoje, amanhã ou nunca a situação a oposição, o jogo do poder os seus interesses, aquilo que é melhor, aquilo que é pior.

Eu não entendo quando eu vejo o Senhor Governador do Estado do Paraná, com todo o respeito que eu tenho ao Senhor Governador Roberto Requião, eu quero que ele seja bastante feliz na sua caminhada, mas eu não entendo quando ele manda vetar um projeto de lei que institui o fundo de moradia popular, o qual procura fixar além de um fundo diretrizes de uma política habitacional que seja uma política habitacional, que vá de encontro a família brasileira do meu Estado.

Vejam bem, Senhores Deputados, se os Senhores me permitem, não é por se tratar do PT, do PDT ou do PTB, eu tenho a filosofia que partido político não faz o político, o político é que faz o partido político, Deputado Paulo Maia.

Eu não entendo, sinceramente, eu fico confuso, eu acharia até que o Deputado Ernani Pudell deveria transformar novamente esse projeto em autorizatório, mesmo assim autorizatório o homem não quer, ele não admite nem que seja autorizatório, não admite idéias, não admite nada, ele é que entende de tudo, ele sabe de tudo, ele acha que o melhor do Paraná é lá, então precisava fechar isso aqui. Fecha de uma vez, acaba-se com o parlamento, porque nós vamos ficar aqui, fazendo o quê?

Eu tenho uma série de projetos, que eu tenho até medo de entrar porque eu sei que vai ser aprovado, mas vai ser tudo vetado. Eu tenho um sonho, a Deputada Emilia tem. Os cinco conjuntos não precisam de uma Delegacia da Mulher Deputada? Não precisa? Fala para mim Deputada?

A Sra. é londrinense como eu, a Senhora representa a mãe londrinense, a mãe brasileira do meu Estado.

Eu preparei um projeto para os cinco conjuntos, não adianta entrar, é aprovado, tudo bem, mas depois é vetado e se derrubar o veto, ele manda para cá, ele devolve, ele faz desaforo.

Então como vê Deputado Ernani, O Deputado Rosinha, o Deputado Ovídio, permitame, são companheiros nossos, fez um projeto que institui um fundo de moradia popular, é uma idéia, meu Deus do céu, de fundamental respaldo a família brasileira do meu Estado, procura fixar diretrizes de uma política habitacional mais séria, sem politicagem, sem agradar só os prefeitos do lado de lá, tem que agradar os prefeitos do lado de cá e dá outras providências, não precisa nem dizer as outras providências que dá o Projeto porque é de

fundamental importância.

Eu vou mais além Deputado Paulo Maia. O Deputado Oswaldo Trevisan, que é meu particular amigo, ele, a comunidade de Cornélio Procopio pediu ao Deputado Oswaldo Trevisan, vejam bem: o Deputado Oswaldo Trevisan já foi Deputado Federal, deu a sua vida no Parlamento em Brasília, não é picareta como diz o Lula. Eu não sou Lula, mas concordo quando o Lula fala das picaretagens que existe neste País, concordo, concordo! E o Deputado Oswaldo Trevisan, que eu já o acompanhei por este Paraná imenso, o Deputado Oswaldo Trevisan atendendo reivindicações da sua comunidade, ele cria, pede, autoriza: Senhor Governador, eu estou pedindo para o senhor, quando o senhor tiver possibilidade, quando o senhor tiver dinheiro, dentro do orçamento, o senhor faça uma Delegacia de Polícia para a mulher brasileira de Cornélio Procopio". Não, não tem condições, vai fugir dos nossos programas, meu programa já está elaborado, nós já temos um caminho a seguir e isto vai fugir para um outro lado". Então, eu não entendo quando eu vejo aqui um Projeto do PDT, do Deputado Namir Piacentini, eu já tive um Projeto idêntico, elaborado pela Lúcia, a Lúcia que me presta assessoria nesta Casa, quando eu quero eu vou lá, quando eu quero eu vou ao Deputado Erondy e troco idéias, converso, certo Deputado, o Senhor é testemunha; o Deputado Namir pede, veja bem Deputado Paulo Maia, autorização para que o Poder Executivo do Estado implante mini, mini, sabe o que é mini? Tem o copo grande e o mini-copo, o Deputado Namir não quer uma penitenciária deste tamanho, ele quer uma pequeninha que caiba cem presos e que os cem presos vão trabalhar, produzir, auto-sustentar-se. Regionais, uma em cada pólo regional do Estado. Eu pedi, o meu Projeto foi aprovado, eu derrubei o veto aqui com a ajuda dos Senhores, com a ajuda da Deputada Emilia, com a ajuda de todo o Parlamento eu derrubei o veto porque o meu sonho é, eu tenho hábito de me corresponder com a Embaixada Americana, eu tenho o hábito de me corresponder com a Embaixada de Cuba, pedindo medicamentos, com a Embaixada do Japão, recentemente tomei o café da manhã aqui na Capital com o Embaixador Americano. Então, eu procuro trocar idéias, eu estou recebendo filmes, documentários a respeito das penitenciárias que existem no Estado da Califórnia; mas Deputado Mário, são penitenciárias que são sonhos, penitenciárias em que o preso levanta de manhã, ele toma o seu café e vai trabalhar, ele vai produzir, lá faz concreto, faz armários, faz cadernos, faz lápis, faz borracha, faz roupa, confecções, é um espetáculo as penitenciárias modelos nos Estados Unidos. O meu Projeto foi

aprovado aqui criando as penitenciárias, é um elefante branco adormecido, porque isso aí pode explodir do dia para a noite, explode, pode haver uma chacina em massa, depois vão dizer que a Polícia é culpada. Não é por aí. Eu tenho até comentado, até quero parabenizar o Deputado Tavares, porque diz que vai começar em Londrina Deputada Emilia o mini-presídio de Tamarana, oxalá, que Deus nos abençoe, que Cristo nos abençoe e que realmente o mini-presídio de Tamarana seja uma realidade. Hoje eu vi na Folha de Londrina, o Deputado Tavares me comunicou, prestei a ele uma homenagem, ótimo! Nós precisamos não é só de Tamarana, nós precisamos do Projeto do Deputado Alborghetti criando as penitenciárias no campo para gerar emprego, para quem? Para o preso, ele tem que produzir, ele tem que trabalhar. Agora, veja bem Mário Bezerra, Deputada Emilia, Deputado Ernani, ontem no meu gabinete, ontem, está registrado, eu filmo e guardo tudo, eu arquivo tudo, eu tenho esse hábito. Ontem chegou um preso no meu gabinete e disse o seguinte: "Deputado, eu saí da penitenciária agora, estou com o meu mandado de soltura, eu não tenho identidade, não tenho CPF, não tenho dinheiro para ir embora, não tenho nada. Deputado, não quero assaltar! Ontem corremos, fomos providenciar identidade, arrumei um lugar no pensionato que tenho aqui para meus doentes. Mandei deixar ele dormir durante cinco dias, alimentar-se... providenciamos roupas, sapatos, etc. Isto é problema meu, faço isto porque gosto de trabalhar. Isto não é paternalismo, é solução. Se o cara vem no meu gabinete me pediu, tenho que resolver. Porque se lá não faz, tenho que fazer. Vou mandar para onde? Para a rua? Para matar? Para assaltar?

Nos países desenvolvidos, Deputado Ernani, o preso sai com a identidade, com o CPF, com o imposto de renda, com uma pequena poupança e vai embora tranquilo, para sua cidade de origem. Ele não precisa assaltar ninguém. É este o meu projeto. Este o projeto do PDT desta Casa, o Deputado Namir Piacentini, que implanta mini-penitenciárias regionais no Paraná.

São idéias. Como têm idéias lançadas pelo Deputado Erondy, Deputado Geraldo Cartário... quantas idéias o Deputado Cartário lança aqui porque fez o seu filho prefeito municipal de uma cidade. Cartário tem seus sonhos de ver uma série de idéias para os municípios do Paraná. O Deputado Rosinha tem suas idéias. O Deputado Nelson Garcia, de Umuarama, tem suas idéias. O Deputado de Rolândia, meu querido Moura, já foi Prefeito, ele sabe o que estou falando. Você sabe o que estou falando, você entende no coração o que estou falando. Não estou mentindo. Não estou brincando.

Fui eleito pelo voto. Então não adianta se fazer projeto. Para quê? Se você faz, passa, vai para lá, não serve, volta... Se você dá uma idéia, não serve. Se você dá duas idéias, pior ainda. Você Moura, permita-me tratá-lo de você, o seu sofrimento com aquele trevo de Rolândia, meu Deus do céu! Até quando, Deputado Eurides Moura, até quando? Haja paciência para agüentar, Deputado Moura, este trevo para não matar mais seres humanos de Rolândia! Quantos requerimentos V.Exa. fez aqui. Até projetos foram feitos aqui. Quantas vezes o senhor foi à Secretaria de Transportes! Foi resolvido? Não.

O que adianta? Estava vendo agora há pouco, a Deputada Emilia ontem chegou aqui e disse: - Alborghetti, vamos formar uma comissão? - Vamos. Corri atrás do Heinz. Vamos resolver o problema da Polícia Técnica de Londrina. Vocês acreditam que a Polícia Técnica de Londrina não tem máquina fotográfica para fotografar? Aliás, hoje um assassinato em Londrina, não quero citar o assassinato em respeito à família, porque os pais não podem pagar pelos erros dos filhos e nem os filhos podem pagar pelos erros dos pais, porque passo com isto na carne e não tenho medo de dizer isto, lembro do assassinato de Londrina. Mataram uma menina, crime bárbaro, de repente chamaram a Polícia Técnica de Londrina, segunda cidade mais importante do País, que elegeu um prefeito do PT, Luiz Eduardo Cheida, eu ainda bato no peito, temos a melhor Polícia do Brasil no Paraná, com tudo o que falta, ainda temos gente que presta dentro da Polícia que quer trabalhar, mas que não tem recursos. Muito bem, a menina morta no sofá, o assassino fugiu. Aí chega a Polícia Técnica, a Criminalista. Chegaram, olharam, não vai fotografar? Não tem máquina. Mas como? Espere aí que nós vamos emprestar aqui. Aí, pegaram do repórter da "Folha de Londrina". Emprestou a máquina. Veja bem, o repórter da "Folha de Londrina" emprestou a máquina e "crach", "crach", "crach". "Crach" é o barulho da máquina. "Crach", "crach". Fotografaram tudo, mas se não fosse "o crach" que a "Folha" emprestou, que era a máquina fotográfica, a polícia de Londrina não tem uma máquina fotográfica. Senhores, tudo bem, nós vamos fazer uma reunião: eu, a Deputada Emilia, o Deputado Heinz, pode ser todo o parlamento aqui. Vamos para Londrina. Chegamos lá, vamos visitar, falamos, discursamos, etc. e tal, e aí, a coitada da Deputada Emilia vai lá para o gabinete dela, senta, pega a sua assessoria, manda aquele calhamaço de relatório. A gente vem para Plenário, discute, aprova, vai lá para o Palácio. Passa um dia, passa um mês, passam dois, três, quatro, cinco. Tem máquina para fotografar? Não.

Tem viatura? Não. E o Instituto Médico Legal como é que está? Londrina, a segunda cidade mais importante do sul do País, tem uma geladeira. Sete gavetas. Sabem quantas funcionam? Uma. Os corpos tem que ficar todos "espraiados". Vou falar o linguajar do caboclo brasileiro. "Espraiados". Quando começa a feder um, tira o que está geladinho, põe para cá, põe outro, gela um bocadinho, tira, põe outro, gela um bocadinho, tira, põe outro e vai gelando. Até resolver o que vai fazer. Esse é o problema. Hoje eu conheci e me perguntaram: "Você está triste?" "Estou". Só posso estar. O homem não quer que se fixe diretrizes para o Fundo Habitacional do Estado. S.Exa., não quer que se crie uma Delegacia de amparo à moral, à decência, à dignidade, ao respeito à família brasileira que mora em Cornélio Procópio. O Deputado Luiz Antonio Setti, instituí aqui a "Semana do Adolescente". O homem também não quer não. No Paraná nós não podemos ter a "Semana do Adolescente". Olha, é muito fácil sentar numa máquina e escrever, colocar numa folha de papel, os seus sonhos, as suas idéias.

Uma Delegacia aqui do Paraná fechou porque o delegado só tinha um carro. Era dele. Ele ficou "duro", não recebia, vendeu o carrinho. Trancou a porta e falou: "Não vai funcionar mais não. Ninguém me ajuda". Então me perguntam se eu estou triste. Estou. Estou. Estou porque a gente tem idéias, tem vontade. O Deputado Fregonese tem vontade de lutar pela sua Paranaquá, o Deputado João Iensen tem vontade de lutar por vários municípios do Estado. O Deputado Eurides Moura sonha com a sua Rolândia e vai voltar a ser prefeito, tem carisma. O Deputado Hermas sonha, o Deputado Paulo Maia. Oh! Paulo Maia. Como ele sonha em ver uma Ivaiporã gerando empregos, gerando trabalho, gerando um porvir de uma esperança.

Eu me lembro de Ivaiporã quando aparecia na TV Iguaçu, aquela propaganda linda de Ivaiporã, dava aquela vontade de ir para lá, de comprar alguma coisa em Ivaiporã, de repente Ivaiporã foi destruída, rasgada, violentada, assassinada nos seus direitos, e agora o Deputado Paulo Maia está vendo uma luz no fundo do túnel e talvez irá concretizar os seus sonhos porque pela pesquisa é o futuro Prefeito de Ivaiporã.

Mas aqui todos nós temos sonhos, todos nós temos vontade de plantar, de produzir com as nossas idéias, todos nós temos vontade de ter um Paraná onde não haja violência, não haja fome, não haja desgraça, não haja sofrimento, não haja miséria, por que é inacreditável num País aonde se fala em produção, onde se fala em verde, nós temos que fazer a campanha para fome. É

inacreditável, são coisas inacreditáveis, num País onde você vê, você vai daqui para Londrina você vê uma área verde, você vai daqui para Sertãoópolis você vê a área verde, você vê soja, você vê o Paraná verde. Você vai para região do Deputado Ernani, naquela região de Cascavel, é aquela fartura, é aquela terra vermelha, é aquela terra de produção. Você corre esse País você vê tanto verde, tanta produção, num País que se produz, num País que pode ser o celeiro do mundo, que está todo mundo interessado na Amazônia, num País em que nós temos uma área verde, né Severino? Você que planta, você que ara a terra, você sabe o que produz, num País como esse nós temos que fazer a campanha da fome, nós temos que arrecadar alimentos, isso eu estou fazendo desde que me elegi Vereador em Londrina. Quando eu me elegi Vereador eu já fazia a campanha da fome, o povo já estava passando fome. Agora essa campanha da fome virou moda, virou status, quem está nessa campanha aparece, quem não está não aparece. É para ficar chateado, tem tanta coisa importante. Eu queria dizer que vou votar. Não nesse Veto que fixa a política de diretriz habitacional. Vou votar não em nome da mulher brasileira de Cornélio Procópio. Vou votar NÃO com a minha consciência. Vou votar NÃO sempre que eu ver nessa pauta, Deputado Luiz Carlos Martins, o Senhor que também cuida da miséria humana, sempre que eu ver nessa pauta um projeto que vá de encontro à família brasileira do Paraná. Porque do jeito que estou vendo aqui, Deputado Anibal Khury, V.Exa. que fez passar nessa Casa centenas e centenas de Projetos criando municípios no Paraná. V.Exa. que se preocupa com os municípios, V.Exa. que é municipalista, quando você vê uma pauta em que o primeiro veto vai de encontro aos municípios do Paraná, tem que vetar, não pode, tem que ser como ele quiser, da cabeça dele, da idéia dele, não adianta você mandar nada para lá, mandar para lá não resolve. Não adianta você vir aqui, criar idéia, como o meu Projeto aí que está no forno, criando as centrais de abastecimentos em todas as microrregiões do Estado do Paraná. Em vez de trazer uma viatura que está com o carburador furado lá em Rolândia, troca lá mesmo, troca lá mesmo; para trocar o pneu não precisa para pedir para banqueiro do jogo do bicho; já pega um pneu lá e já põe.

Então, eu acho que não adianta plantar idéias aqui Cartário, permita-me chamá-lo assim. O homem não quer, ele faz o que quer, com respeito, ele faz o que quer, como quer, do jeito que ele quer. E isto aqui? Eu não vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - O

nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti usou o Horário do Pequeno Expediente, Grande Expediente e a Liderança do PTB.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Sr. Presidente.

(Assentimento).

É com grande satisfação que nós queremos registrar a presença nesta Casa do nosso prefeito do Município de São Tomé, Sr. Júlio Manzoti, da região Noroeste do Estado, e a presença Tumeiras do Oeste nosso companheiro Taktoshi Sukuraga, acompanhado do Presidente da Câmara, Sr. Carlos Alves de Lima.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está registrado, Sr. Deputado Dirceu Manfrinato. Dentro do Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Rolândia está em festa com a VI OKTOBERFEST.

Realmente, esta festa popular tornou-se, segundo a crítica, a imprensa, a segunda maior festa nacional do gênero. E, para alegria nossa, foi, exatamente, em minha administração como prefeito daquela cidade que tivemos o privilégio de lançar essa festa extraordinária que, anos após anos, vem conquistando espaço, vem crescendo de uma maneira espetacular ao ponto de registrarmos no último sábado aproximadamente trinta a quarenta mil pessoas que vieram, não apenas da região, mas de várias partes do País para congregar conosco nesta festa que, realmente, é um conagração nacional. Gente do Norte, Nordeste, Minas, Rio de Janeiro, São Paulo estão em Rolândia para apreciar uma grande festividade que tem sido de fato algo que enaltece e engrandece aquela nossa comunidade.

Eu quero aproveitar o ensejo para cumprimentar Marechal Cândido Rondon na pessoa do Deputado Companheiro Rusch que lá, junto com inúmeras pessoas, se fizeram presente, incluindo um grupo folclórico que esteve no desfile no domingo às dez horas da manhã. Portanto, eu me congratulo com o nobre Deputado e agradeço até porque foi, realmente, espetacular um grupo folclórico que levou a sua beleza até ao Município de Rolândia e àquela nossa região.

Rolândia está muito feliz porque com a presença de tantas pessoas de fora vem demonstrar que a OKTOBERFEST de Rolândia, já na sexta edição, será daqui para frente a segunda maior festa nacional do gênero. Isto é muito bom porque temos o exemplo de Blumenau em Santa Catarina que é um sucesso nacional, até internacional. Pretende-se também Rolândia que esta festa ao nível regional, estadual e interestadual

possa ser uma festa que leve alegria àquela gente tão querida da região do Norte do Paraná.

Gostaríamos, no momento, em nome da administração municipal de Rolândia e a minha pessoal também de fazer um convite a todos os Senhores Deputados e a Senhora Deputada que compareçam em Rolândia - no final de semana, porque esta teve sua abertura no dia 1º e prolonga-se até o dia 10. Portanto, fica o nosso convite para que compareçam em Rolândia, como convidados nossos, para conosco divertirem-se e e apreciarmos esta grande festividade. Para que tenham um exemplo do consumo de chope, só no sábado foi consumido mais de 20 mil litros. Então vejam companheiros, Srs. Deputados, Sra. Deputada que é uma festividade extraordinária. Londrina se fez presente, maciçamente, durante o almoço que aconteceu no domingo também. Nós vimos centenas, milhares de pessoas daquela cidade simpática, daquela nossa cidade vizinha e compareceram também, para apreciarem, realmente, aquela festa, o almoço tradicional de comidas típicas. Por isso nós estamos felizes. E gostaríamos que a Mesa pudesse encaminhar, a nosso pedido, um Voto de Congratulações com aquela gente querida do nosso Município de Rolândia.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Fim do Horário do Expediente passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra à Deputada Emilia Belinati.

A SRA. EMILIA BELINATI - "A vida é o bem primeiro, do qual todos os direitos decorrem, é o valor máximo da sociedade e do homem, a ser respeitado por todos e em particular pelo próprio Estado. Matar é proibido, absolutamente, a qualquer pessoa, seja o indivíduo por si mesmo, seja o carrasco em caráter oficial. Se não se admite a vingança privada com muito maior razão não se deve tolerar a vingança pública." (Evandro Lins e Silva)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"O Articulista Gilberto Dimenstein, da 'Folha de São Paulo' nos traz hoje uma triste informação: o Deputado Amaral Neto comemora o fato de já haver conseguido o apoio de 347 Deputados e Senadores para a realização de um plebiscito sobre a pena de morte.

Isso significa que, na revisão constitucional, a proposta do Deputado, sua razão de vida, tem amplas possibilidades de ser aprovada.

A informação contida no artigo de Gilberto Dimenstein nos faz refletir sobre dois grandes e injustificáveis equívocos:

a Pena de Morte não é remédio indicado para pôr fim à violência e à criminalidade que tanto apavoram o país; e a revisão constitucional não virá para resolver os problemas brasileiros que reclamam urgentes e profundas soluções, mas para abrigar projetos eleitoreiros, contrários aos reais interesses da sociedade.

Desde quando assumimos nosso mandato temos nos batido contrariamente à idéia do Plebiscito e da implantação da pena de morte no país. Além de inconstitucional ela é meramente oportunista porque apenas procura catalizar o sentimento nacional abalado pelos horrores crescentes da violência, principalmente a urbana, sem a mínima preocupação com suas causas.

Amaral Neto não discute as consequências da impunidade que se eterniza, do Judiciário moroso e afetado pela falta de recursos, da polícia despreparada e desamparelhada, dos milhões condenados a sofrer de fome, analfabetismo e doenças.

Vende a ilusão de que tudo estará resolvido com a recriação das funções do carrasco e a eliminação dos criminosos. O pior é que o Deputado tem muitos adeptos e seguidores. Não apenas entre os chamados "Formadores de opinião", mas também entre homens e mulheres desiludidos, descrentes e desencantados com a inércia e a omissão do Estado Brasileiro, a polícia, a justiça etc..

A pena de morte há muito já funciona entre nós. Estão aí os exemplos vergonhosos de Carandiru, da Candelária, de Vigário Geral. Quando não de justiceiros ou pistoleiros de aluguel agindo nos becos e ruas das favelas ou nas periferias das cidades. O cidadão comum também já entrou nesta ciranda de violência, participando de linchamentos a simples acusados ou suspeitos de um crime, movido pelo espírito de revolta e vingança.

A que isso tem nos levado? A um verdadeiro festival de horrores, que nos chocam a todos. A uma banalização da violência, ao pouco valor que neste país se dá à vida.

Neste quadro, Amaral Neto, sem se importar de atropelar um princípio basilar da Constituição Federal - o do direito à vida - prefere clamar por força ou injeção letal.

Se o Estado não se mostra preparado para cumprir seus deveres mínimos para com a sociedade, como entregar-lhe a atribuição de carrasco?

E plebiscito para que, quando já se espera um ilegal "SIM"?

Como detentores de mandato temos o dever e a responsabilidade de mostrar à sociedade que o Projeto é enganoso. Além disso, ainda que mesmo contrariando a opinião da maioria, que a solução para a vio-

lência e a criminalidade está em outra direção: na vontade política que se volte para os problemas estruturais e também proporcione segurança aos cidadãos.

Esta Assembléia Legislativa, segundo a "Paraná Pesquisa", faz parte da luta de conscientização. Afinal, 53,8% são contra a Pena de Morte. Isso nos anima e nos autoriza a propor o requerimento a ser encaminhado ao Congresso Nacional, pedindo que a proposta do plebiscito seja em Plenário rejeitada.

Pena de morte é um atraso de vida!

Obrigada!

Concedo aparte ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu agradeço o aparte de V. Ex.^a e discordar em parte com a nobre Deputada, uma vez de que existem muitas pessoas que às vezes não querem assumir perante a imprensa, perante a própria igreja a posição em relação a pena de morte.

Eu desde que vim a este parlamento, a minha posição foi muito clara com relação a isso. Eu sou totalmente favorável a pena de morte. Porque se nós estamos vivendo hoje num país que é a vergonha nacional hoje no Brasil está lá no Rio de Janeiro, levando uma imagem altamente negativa do nosso País ao exterior, o envolvimento das autoridades chega a passar a quarenta e poucos por cento da polícia civil e militar envolvida com esses escândalos e com esses assassinatos, por que não pena de morte? Para coibir, julgar a justiça quando ela tem que fazer justiça, isso não é nada, ilustre Deputada. Os assaltos que são feitos aos turistas que vêm ao Rio de Janeiro, pela própria polícia e fica tudo encoberto. Eu acho que a pena de morte ela tem que existir dentro de um critério, não é aquela história de pena de morte só para quem rouba uma galinha, não é essa a realidade.

A partir do momento que nós implantarmos a pena de morte no Brasil nós não precisaremos ter as despesas que o Governo tem. O Governo do Estado hoje gasta muito mais com preso do que um bóia-fria que trabalha de sol a sol. Essas penitenciárias poderiam ser abertas, transformadas em escolas profissionalizantes para essas crianças que estão abandonadas, no lugar de bandidos, esses que acabam com as famílias, matam o pai e mãe para roubar o lugar deles é o mesmo caminho, eles têm que pagar pelo que fizeram e através da pena de morte.

Nós ficamos aguardando a morosidade da justiça. Prende-se, no outro dia o preso está solto, como é que nós vamos acertar essa situação dessa delinquência no Bra-

sil, a não ser através da pena de morte, uma pena de morte que exija dela, aquilo que quando for julgado esteja comprovada a realidade para não cometermos casos com alguns inocentes. Eu sei e acompanho, como V.Ex.^a sabe Deputada, até aqui no Paraná de alguns abusos até das próprias autoridades com a população do nosso Estado. Nós temos que eliminar isso de vez. Eu vou mais além, além da pena de morte tinha que ser implantado já no Brasil o controle de natalidade pelo menos por trinta anos porque a superpopulação hoje de mães solteiras, de pais que fazem aí filhos e não assumem a responsabilidade, nós estamos vivendo hoje a delinquência do menor exatamente por não termos o controle de natalidade em nosso País. Veja a Constituição, quando fala que não pode mexer na Constituição, hoje o empresário não pode dar emprego ao menor, pagando meio salário mínimo que ele é punido pelo Ministério do Trabalho; quando nós poderíamos absolver essas crianças, dando trabalho a essas crianças, ganhando um salário mínimo, tendo uma vida decente e aprendendo alguma coisa no futuro. Então, eu sou favorável a pena de morte, não fujo deste meu ideal, porque o Brasil caminha exatamente nestas situações de delinquência porque não temos a pena de morte.

Muito obrigado Deputada.

O SR. EMILIA BELINATI - Eu agradeço o aparte do Deputado, embora eu não concorde com o seu pronunciamento, com o seu aparte, porque o que realmente falta no Brasil é educação para toda a sociedade, é comida para o povo, é trabalho para o...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Deputada, os militares do Rio de Janeiro têm segundo grau e tiveram educação, e estão participando de quadrilhas lá no Rio de Janeiro; e que lamentavelmente ainda o Governador lá é o Leonel Brizola.

A SRA. EMILIA BELINATI - Eu não concordo com o pronunciamento do Sr. Deputado porque o que realmente falta, nós não defendemos a impunidade...

(Conversas paralelas).

Eu concedo o aparte ao Deputado Rosinha.

O Sr. Doutor Rosinha - Eu concordo plenamente com o pronunciamento feito por Vossa Excelência, e concordo na íntegra, nos colocamos contra a pena de morte. A pena de morte no Brasil já está estabelecida quando trinta e dois milhões de pessoas morrem de fome e se faz campanha para acabar com a fome. A pena de morte já está estabelecida na Candelária, no Carandiru, no Vigário Geral, quando grupos armados

massacram pobres e principalmente negros no nosso País. Nós temos absoluta certeza procurasse investir principalmente em educação, não aquele negócio de dizer porque quem está matando tem 2º grau, quando se diz educação se diz educação em todos os níveis, com direito e igualdade para todos, com acesso do 1º ao 3º grau, independente de que classe social seja. Isso não ocorre no nosso País, se nós tivermos acesso a informação, a mulher na questão quando disse o Deputado do controle da natalidade, o controle da natalidade não tem necessidade, o nosso País tem pouca gente em relação ao quilômetro quadrado do que em relação a Europa; o nosso País produz quantidade suficiente de alimentos, mas é concentrado na mão de poucos, no nosso País a fecundidade e a natalidade está diminuindo. O que nós temos que ser favoráveis sim ao planejamento familiar, com educação sexual, com educação de uma maneira geral e com acesso a tudo, seja a bens, seja a consumo, seja a renda, cujo nós não temos. Por isso que hoje boa parte da população já está submetida e vivendo a pena de morte, enquanto um grupo minoritário que domina o País nada os ameaçam, veja o exemplo de PC Farias, o exemplo de Collor que estão aí. Se tivesse pena de morte, eu pergunto Deputado: esses seriam condenados quando muito mais mal causaram ao País, muito mais gente está morrendo? A mortalidade infantil aumentou, a fome aumentou; quer dizer, causou muito mais número de mortes essa política econômica do Governo Collor, PC Farias e outros do que o restante dos últimos dez, quinze anos, quer dizer, esses seriam condenados à morte não só por roubo, mas também por roubar a vida de muita gente e a esperança de vida de muita gente. Nós do PT somos contra a pena de morte porque o mal do Brasil é a concentração de renda, a concentração de terras, a concentração de riqueza nas mãos de poucos. Na hora em que tiver a distribuição de renda, reforma agrária e educação, temos certeza que diminuirá em muito a criminalidade.

A SRA. EMILIA BELINATI - Agradeço o aparte.

Para concluir, gostaria de dizer, como já falou o Deputado Rosinha, já existe quando a metade da população brasileira passa fome. A grande maioria das crianças não tem acesso à educação com qualidade. Quando o trabalhador brasileiro recebe um salário de fome e miséria. E quando as cadeias públicas do País estão cheias de pessoas analfabetas, semi-analfabetas e de pobres. Como disse o Deputado Rosinha, as pessoas que agem de forma dolosa para o País, como aconteceu com PC Farias e outras, não são punidas, então a pena de

morte viria simplesmente para punir mais uma vez o cidadão que já foi punido porque não teve educação, porque não tem família estruturada, porque o Estado não garante a ele os direitos que a Constituição diz que ele tem. Então, a pena de morte foi instituída numa porção de países e que hoje foi revogada, chegou-se à conclusão que em momento algum a instituição da pena de morte diminuiu o índice de criminalidade nos países de Primeiro Mundo. Não seria num País como o Brasil, onde há fome, miséria, desemprego, que a pena de morte seria a solução.

A solução é darmos educação para o nosso povo. Condição de trabalho digno. Salário digno. Distribuição de renda. Distribuição de terras. É por aí que acredito que possamos mudar nosso País e não através de um projeto como este, demagogo, e que em nada vai melhorar a qualidade de vida do País. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Consulta a Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

(Declina).

PSDB (Declina)

O Horário do PTB já foi usado pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

PFL (Declina)

PP. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Até nem pretendia usar a tribuna quando já tive a felicidade de apartear a ilustre Deputada Emilia Belinati, mas cabe-me responder ao aparte do Deputado Rosinha com relação à sua colocação.

Fui muito claro e objetivo em dizer, com relação à minha postura referente à pena de morte e continuo batendo nesta mesma tecla, sem a mínima preocupação com esta postura, uma vez que quando se fala que nosso País precisa realmente a questão da educação, queremos dizer que conheço muitos que até têm cursos superiores e que estão envolvidos com escândalos, roubos e com assaltos. Acho que a formação e o caráter de uma pessoa estão embutidos no que vem de berço e a formação familiar. Se não tivermos, quando alguém constitui uma família saber da responsabilidade da criação de uma família, com os filhos, não terão responsabilidade de educar no futuro. E se hoje, com esta formação, não podemos atribuir a responsabilidade somente aos governantes. Ilustre Deputado Dr. Rosinha, Vossa Excelência que sempre defendeu da tribuna desta Casa a questão da terra, Vossa Excelência que defendeu as invasões de terra no Paraná e que eu sempre fui contra, Vossa Excelência, cai numa

grande contradição, Deputado, em dizer que o problema do Brasil está em cima da questão da reforma agrária. Eu, até em partes, até em partes concordo com V.Exa., mas quero dar o meu testemunho. Conheço um projeto numa área de 37 mil hectares no Mato Grosso do Sul, que foi loteada em 17 alqueires para os "sem-terra". O governo assentou dezenas e dezenas de famílias e eu levo V.Exa. e invoco o testemunho desta Casa e convindo todos os Deputados que desejarem e assim, Sr. Presidente, se esta Casa desejar criar uma Comissão Especial para apurar o que estou denunciando, eu terei muito prazer em provar aos Srs. Deputados o que eu vi com os meus olhos e a realidade que existe entre Nova Andradina e Casa Verde, que V.Exa. talvez tenha até conhecimento. O governo assentou dezenas e dezenas de famílias e são terras produtivas. Levou energia. Fizaram através do FUNDEC e do Banco do Brasil financiamentos dando tratores e sabe o que está acontecendo, ilustre Deputado Dr. Rosinha, do PT, que seu Partido prega tanto com relação a isso? Sabe o que está acontecendo, ilustre Deputado? Estão vendendo as terras que o governo deu a eles, porque estão pegando o dinheiro, indo ficar nas zonas pretas do Paraná e do Brasil, onde o Partido de V.Exa., dá apoio e sustentação, e a CUT, para tentar afrontar as terras de outros fazendeiros que estão produzindo e trabalhando. É muito fácil, Deputado, querer terras, mas sempre os "sem terra" procuram terras produtivas, porque pegar no cabo do machado, ir abrindo as florestas, e começar como muitos dos lavradores começaram, não é o interesse dos "sem-terra" de hoje. Por isso não concordo com V.Exa., quando vem dizer que uma das grandes questões nesse País é a questão da reforma agrária.

Concedo aparte a V.Exa.

O Sr. Dr. Rosinha - No que diz respeito à questão da reforma agrária, realmente o Partido dos Trabalhadores, a CUT, o Movimento dos "Sem-terra" tem defendido e tem provado em vários assentamentos, inclusive aqui no nosso Estado, que a produtividade da terra tem aumentado, assim que os "sem-terra" são assentados e começam a trabalhar. O Movimento Sem-Terra tem defendido que a reforma agrária tem que se dar sem ter a necessidade de que passe o título a este que lá na terra está trabalhando, mas sim exige a reforma agrária no sentido de a terra para quem produz e não a terra para comercializar, é assim que nós defendemos. Dizer que o movimento sem-terra ocupa terra produtiva, é claro, ocupar terra improdutiva não adianta, vai morrer de fome, ele já está passando fome. Agora, dizer que nenhum deles nunca pega-

ram no cabo de enxada ou no machado, isso não é verdade, justamente durante anos a fio, gerações atrás de gerações trabalharam na roça um atrás do outro, pai e filho para sempre deixar cada vez mais rico os fazendeiros.

E quando a questão colocada da pena de morte, eu quero lembrar quando aqui esteve presente o Dr. Roberto Batok o Presidente da OB. Ele colocou uma questão da seguinte maneira que eu coloco para V.Exa., crimes violentos são cometidos por três tipos de pessoas, primeiro deles: aquele bom chefe de família que um dia por uma razão qualquer comete um crime e logo em seguida o comportamento dele é o mesmo de sempre, de um bom pai de família; o segundo, o cidadão que não tem culpa de ser um psicopata, e como psicopata comete crime violento, e o terceiro, são aquelas pessoas que nunca receberam amor, nunca souberam o que é uma família, forma vítimas de violência durante toda infância e adolescência, ou seja, esses três tipos característicos de cidadãos que cometem os chamados crimes violentos, qual deles o Senhor condenaria à morte?

Essa foi a pergunta do Dr. Roberto Batok e que faço para V.Exa., qual desses três cidadãos o Senhor condenaria?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Dr. Rosinha, primeiro, eu acho que a questão do psicopata, V.Exa. que é da área médica deve entender de que essa é uma questão absoluta de tratamento. Acho que cada caso existe a condenação, eu fui muito claro em dizer de que nós não somos favoráveis à pena de morte para os inocentes. Acho que cada caso é um caso, tem que existir uma avaliação. E com relação a questão do cabo e do machado, eu tenho certeza, ilustre Deputado, e não tenho a mínima vergonha em dizer aos meus colegas Deputados, à imprensa, de que eu sou um homem que vim do cabo do machado, e V.Exa., talvez, tenha utilizado do cabo do machado apenas para cortar uma vara de pescar, talvez para ir pescar na beira de um rio, ou um córrego. Por isso que defendo essa questão com relação ao trabalhador rural, porque o trabalho rural existem os homens boa-fé, os homens que produzem, e aqueles homens que querem apenas o que é deles, e não querem o que é dos outros.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário das Lideranças, com a palavra o PL.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Só queria fazer uma convocação aos membros da Comissão de Fiscalização, pela terceira vez consecutiva, porque nas duas anterior-

res não conseguiu quórum para deliberar sobre os seguintes assuntos: 1º - Solicitar cópia do inteiro teor do relatório e peças correspondentes elaborado pela Comissão de Sindicância determinado através de Resolução conjunta 4/92, da Procuradoria Geral e Secretaria da Administração, publicado no Diário Oficial do Estado sob o nº 3.911 de 16 de dezembro de 1992 para apurar ilícitos administrativos, bem como a presunção de autoria dos mesmos sobre a compra superfaturada de helicópteros; 2º - Será deliberado, ainda, requerer cópia de inteiro teor e peças correspondentes do segundo relatório divulgado pelos órgãos do Governo, assinado pelo Procurador Geral do Estado, pelo Secretário da Administração e pelo Ouvidor Geral; 3º - Solicitar cópia de inteiro teor do processo de licitações relativos à compra de helicópteros com recursos do Funrestran e Funrespol e toda documentação relativa aos trâmites processuais para aquisição dos helicópteros; 4º - Requerer da Casa Civil relatório das providências tomadas com relação ao primeiro relatório elaborado pelas autoridades nomeadas pela Resolução conjunta 04/92 da Procuradoria e da Secretaria da Administração; 5º - Convocar para audiência todos os implicados no processo da aquisição dos dois helicópteros superfaturados.

Eu faço um apelo aos Senhores Parlamentares que compõem a Comissão de Fiscalização da Assembléia porque o assunto é grave. A Assembléia está pecando pela omissão.

Como Presidente da Comissão de Fiscalização, órgão que está correlato ao assunto, eu os convoco verbalmente, e também por escrito, para que amanhã, às treze horas, na sala 1-B, possamos deliberar sobre esses assuntos a fim de que o Governo remeta com urgência, segundo o Regimento Interno e à Constituição, em cinco dias os documentos requeridos.

Era o que eu tinha Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Encerrado a Hora do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente,

solicitando a diminuição do interstício para a realização de uma ou mais Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente sessão, para apreciação do Projeto de Lei nº 582/93, que reajusta os vencimentos dos servidores do Tribunal de Justiça.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 08 (oito) sessões das Proposições nºs 045/93, 050/93 e 059/93, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.- **Retirado pelo autor.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 045/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 183/93, de autoria do Deputado Ernani Pudell, que institui o Fundo de Moradia Popular, fixa diretrizes da política habitacional do Estado, e dá outras providências. Com RELATÓRIO da C.C.J, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/DTL/SAT/Nº 228/93

Curitiba, 03 de agosto de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 203/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 183/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir, conforme específica, a Política Estadual de Habitação, assim como a criação do Conselho Estadual de Habitação e do Fundo Estadual de Habitação.

A negativa de sanção do Projeto de Lei em referência decorre de pronunciamentos expendidos por órgãos do Poder Executivo, os quais consideram a medida inconstitucional porque ao vincular alíquotas do ICMS no rol de recursos do preconizado Fundo de Habitação, afronta o art. 135, inciso IV, da Constituição Estadual, onde se contém preceito vedando:

"a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo as previs-

tas no plano plurianual, a repartição do produto da arrecadação dos impostos do Estado sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, sobre a propriedade de veículos automotores, as operações de crédito aprovadas por Lei Estadual e as disposições previstas na Constituição Federal".

Por outro lado, inobstante o aspecto de inconstitucionalidade antes apontado, vale ressaltar que a medida é tida como desnecessária, pelo fato de a Política Habitacional do Estado vir sendo satisfatoriamente atendida pelos recursos orçamentários alocados à Secretaria Especial da Política Habitacional e à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

(a) Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 183/93 encontra-se publicado no D. A. nº 47/93, de 12.05.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 183/93

P A R E C E R:

Ao veto governamental, Proposição nº 45/93.

Analisando o veto governamental em epígrafe, sob todos os aspectos o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 050/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 422/92, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que autoriza a criação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de Bandeirantes. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/DTL/SAT/Nº 233/93

Curitiba, 03 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 117/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 422/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pe-

las razões adiante expostas:

Objetiva o autógrafo a autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de Bandeirantes.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em causa não significa desatendimento às questões relativas à violência praticada contra a mulher, pois, como esclarece a Secretaria de Estado da Segurança Pública, através do Departamento da Polícia Civil, o reduzido número de ocorrências dessa natureza, em Bandeirantes, não justifica a instalação de uma Delegacia Especializada, cujo atendimento vem sendo prestado por órgãos policiais já existentes. Além do que, em razão de estudos procedidos com vistas à viabilidade técnica de tais Delegacias, obteve-se o consenso para sua implementação inicialmente nos Municípios sedes de comarca de entrância final. Portanto, a inserção de outras localidades não pertinentes à referida entrância viria a conflitar com as diretrizes norteadas do planejamento e fixação das questionadas delegacias, em nosso Estado.

Outro fator relevante que inviabiliza a sanção do questionado plano de lei refere-se a sua patente inconstitucionalidade por vício de iniciativa, uma vez que a competência para a propositura de matérias que disponham sobre a estrutura e atribuições das Secretarias de Estado é privativa do Governador do Estado, conforme preceitua o inciso IV, do art. 66, da Constituição Estadual.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 422/92, encontra-se publicado no D.A. nº 178/92, de 09.12.92.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 050/93

P A R E C E R:

A proposição em tela traz o Veto apostado ao Projeto de Lei nº 093/93, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que tem por finalidade autorizar a criação de uma Delegacia da Polícia Feminina no Município de Bandeirantes.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Face ao exposto, nada encontramos que possa obstar o prosseguimento do feito, e assim sendo nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93.
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 059/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 264/93, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que institui a Semana do Adolescente. Com Relatório da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLÊNÁRIO.

OF. DTL/SAT nº 256/93

Curitiba, 30 de agosto de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 226/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 264/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista o fato de, em seu texto, constar órgão inexistente na Secretaria de Estado da Saúde, o que torna a medida sem as necessárias condições de exequibilidade.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Proj. de Lei nº 264/93, publ. no D.A. nº 77, de 15.06.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 059/93

P A R E C E R:

A proposição em tela traz o veto apostado ao Projeto de Lei nº 264/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que institui a "Semana do Adolescente" sob a coordenação do Adolescente da Secretaria da Saúde.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Face ao exposto, nada encontramos que possa obstar o prosseguimento do feito, e assim sendo nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

As referidas proposições, foram retiradas da Ordem do Dia, conforme requerimento de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, acima aprovado. Fica portanto,

adiada a discussão por 08 (oito) sessões das Proposições nºs 045, 050 e 059/93.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 489/93, de autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARAES FILHO, que declara de Utilidade Pública a Creche Maria Imaculada e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 491/93, de autoria dos Deputados TOTI COLAÇO e JOSÉ ARTHUR RITTI, que declara de Utilidade Pública o Centro Educacional Lar Adolescente, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 496/93, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Rosário do Ivaí - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 266/93, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos Hospitais no Estado do Paraná, reservarem espaço para tratamento de Aids. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A nº 77, de 15.06.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 266/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Antonio Setti, objetiva garantir nos hospitais públicos e privados no Estado, uma reserva de leitos para os doentes de AIDS.

A obrigatoriedade, assegurada no artigo 1, do projeto, tem como propósito também, como justificativa, aliviar o setor público, hoje sobrecarregado.

A proposta se encontra em condições legal, regimental e constitucional para sua normal tramitação dentro dessa Casa de Leis, emitindo essa Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PROJETO DE LEI Nº 266/93

P A R E C E R:

A campanha promovida, em todos os setores de combate à AIDS, requer um tratamento especial aos portadores dessa defi-

ciência, e por essa razão é oportuno o projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, tornando obrigatório a manutenção de uma reserva de leito nos nosocomios públicos e particulares.

Em nosso entendimento, nada impede essa medida, cujos objetivos são sadios, portanto somos favoráveis à sua tramitação, e submetemos a decisão final de aprovação, aos integrantes do Plenário dessa Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.09.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
LOURENÇO FREGONESE - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 301/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que dispõe sobre a autorização para que o Poder Executivo do Estado, implante minipenitenciárias regionais no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P. e C.S.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 84, de 24.06.93).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 301/93

P A R E C E R:

Analizando o presente projeto de lei, sendo matéria meramente autorizatória, e no que diz respeito aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 301/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, objetiva dispor sobre a autorização para que o Poder Executivo do Estado, implante minipenitenciárias regionais no Estado do Paraná.

A presente matéria passou pelos grifos das Comissões de Constituição e Justiça, Segurança Pública e da Comissão de Saúde Pública, no tocante ao aspecto legal, constitucional e de mérito, recebendo destas parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3°, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93

aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Sr. Deputado Namir Piacentini, acha-se nesta Comissão de Saúde Pública, para análise e parecer, o Projeto de Lei n° 301/93, que dispõe sobre a autorização para que o Poder Executivo do Estado do Paraná implante minipenitenciárias regionais.

A preocupação desta Comissão de Saúde Pública, quanto à assistência médica e odontológica aos apenados que venham a ocupar tais estabelecimentos penais, está plenamente contemplada na forma do Artigo 5°, I, do referido projeto de lei.

Cabe, ainda, louvar a iniciativa do Deputado autor da proposição, uma vez que vem apresentar importante contribuição para a reforma de nosso deficiente sistema penitenciário, preocupando-se com aspectos relevantes da pena, como a reeducação do homem encarcerado e o cumprimento da sentença em local de acesso dos seus familiares, conforme disciplina.

Diante disto, oferecemos parecer favorável à sua tramitação e aprovação por esta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, em 31.08.93

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
ALGACI TÚLIO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 301/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Executivo a implantar mini-penitenciárias regionais no Estado do Paraná, visa modernizar o sistema carcerário em nosso Estado, bem como reeducar o condenado para o convívio em sociedade, pelo que, esta Comissão de Segurança Pública é favorável pela sua tramitação e deliberação pelo Plenário desta Casa Legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente
DOMINGOS CARVALHO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 313/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel para a Casa do Idoso Vovô Margarida, do Município de Ponta Grossa, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 313/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar para a "Casa do Idoso Vovô

Margarida", do Município de Ponta Grossa, o imóvel de propriedade da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, localizado na zona urbana daquela cidade, constituindo-se de um lote de terreno, de forma retangular, sob o nº 27 da quadra 23, localizado no Núcleo Residencial denominado "Santa Luzia" na Vila Congonhas, bairro da Chapada, medindo de quem da rua olha o imóvel 11,00 metros de frente para a rua Projetada nº 19; do lado direito divide com o lote nº 26 e mede 25,00 metros; do lado esquerdo divide com o lote nº 28 e mede 25,00 metros; e nos fundos divide com o lote nº 12 e mede 11,00 metros, perfazendo uma área de 275,00 metros quadrados e existindo sobre o mesmo uma casa de alvenaria tipo 2-32, com a área de 32,40m2 sob o número 129, com frente para a referida rua Projetada nº 19.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A "Casa do Idoso Vovó Margarida", no Núcleo Residencial Santa Luzia, na cidade de Ponta Grossa, foi fundada em 22.11.1987.

É uma sociedade civil com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, apartidária, de duração indeterminada, declarada de Utilidade Pública estadual pela Lei nº 10.327 de 07.06.93, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa/PR.

Tem por finalidade o amparo aos idosos de ambos os sexos - independentemente de cor, nacionalidade, profissão, credo político ou religioso - na faixa etária dos 50 anos e/ou acima desta que, comprovadamente, necessitem de assistência alimentar, higiênica, lazer, assistência médica e hospitalar. Busca zelar pela segurança de seus filiados dentro das normas estabelecidas pelos poderes constituídos; promover passeios ou caminhadas periódicas visando desenvolver o estado físico e mental dos idosos proporcionando meios para que todos desenvolvam, dentro de suas possibilidades, suas aptidões profissionais, como forma de lazer, além de patrocinar competições esportivas - recreativas entre os assistidos bem como outras entidades congêneres.

A "Casa do Idoso Vovó Margarida" fornece, diariamente, cinco refeições (café, almoço, café da tarde e jantar) aos seus filiados, os quais passam o dia no recinto da casa, fazendo artesanatos e divertindo-se e, às 18:30 horas, após o jantar todos voltam aos seus lares, retornando no dia seguinte pela manhã.

Originada da ex-Creche do Idoso, a

"Casa do Idoso Vovó Margarida" funciona no imóvel, objeto da presente, cedido em comodato pela COHAPAR, desde sua fundação.

Assim, há mais de 5 anos a "Casa do Idoso Vovó Margarida" vem amparando e prestando atendimento aos idosos da cidade de Ponta Grossa e; a doação do imóvel, objeto do presente, pelo Estado à entidade somará forças de ambos no cumprimento aos artigos 230 da Constituição da República Federativa do Brasil e 233 da Constituição do Estado do Paraná que dispõem:

"Art. 230 - A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e o bem estar e garantindo-lhes o direito à vida."

"Art. 233 - A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação e plena integração na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e proporcionando-lhes fácil acesso aos bens e serviços coletivos."

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 313/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Djalma de Almeida César, o Projeto de Lei nº 313/93, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar um imóvel para a "Casa do Idoso Vovó Margarida" do Município de Ponta Grossa, conforme especifica.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 313/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar um imóvel para a "Casa do Idoso Vovó Margarida", do Município de Ponta Grossa, conforme especifica.

A matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu relator ofereceu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações não encontrou nenhum óbice que impeça a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
JOSÉ ALVES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 316/93, de autoria do Deputado ANTÔNIO COSTENARO NETO, que autoriza a proceder a Instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Barbosa Ferraz - Pr. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 86, de 28.06.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 316/93

P A R E C E R:

Este projeto de lei, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher em Barbosa Ferraz.

Não encontrando empecilhos, manifesto-me favoravelmente à normal tramitação.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 316/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Antonio Costenaro Neto, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher, no Município de Barbosa Ferraz.

O presente processo já foi submetido a apreciação nas Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança, recebendo parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, nada há que obste sua tramitação, tendo em vista seu caráter meramente autorizatório.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação de referido projeto.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 15.09.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 316/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Costenaro Neto, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Barbosa Ferraz, visa um atendimento policial especializado às mulheres deste município, pelo que, nosso parecer é favorável, recomendando a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

DOMINGOS CARVALHO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 316/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Antonio Costenaro Neto, tem por finalidade autorizar a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Barbosa Ferraz.

O referido projeto tramitou por diversas Comissões Técnicas desta colenda Casa de Leis, tendo sido aprovado pelas mesmas.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações o nosso parecer é favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
José Alves - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 349/93, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que concede crédito presumido do ICMS para a realização de projetos culturais no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.E.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 349/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido crédito presumido do Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS), nos termos desta lei, à empresa com estabelecimento situado no Estado do Paraná, que forneça recursos para a realização de projetos culturais no Estado, através de doação ou patrocínio.

Art. 2° - São abrangidas por esta lei as seguintes áreas:

- I - música e dança;
- II - teatro e circo;
- III - cinema, fotografia e vídeo;
- IV - literatura;
- V - artes plásticas;
- VI - folclore e artesanato;
- VII - acervo e patrimônio histórico-cultural;
- VIII - esportes.

Art. 3° - As Secretarias de Estado da Fazenda, da Educação da Cultura e do Esporte e Turismo deverão receber cópias do Projeto Cultural beneficiado pelo crédito presumido, explicitando os objetivos e recursos financeiros e humanos envolvidos, para fins de fiscalização posterior.

Parágrafo 1° - A Secretaria de Estado da Fazenda, examinará se a empresa está em

dia com suas obrigações tributárias e, em caso afirmativo, encaminhará o processo às Secretarias de Estado da Educação, da Cultura e do Esporte e Turismo.

Parágrafo 2º - O pedido será indeferido de plano se o contribuinte estiver em débito para com o Estado.

Art. 4º - Cabe às Secretarias de Estado: da Educação, da Cultura e do Esporte e Turismo:

I - examinar a adequação do projeto em relação às áreas definidas no artigo 2º;

II - pronunciar-se quanto ao valor atribuído ao projeto, tendo em vista os preços praticados no mercado.

Parágrafo Único - Aprovado o projeto no âmbito de sua competência, as Secretarias de Estado: da Educação, da Cultura e do Esporte e Turismo devolverão o processo à Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 5º - Cabe a Secretaria de Estado da Fazenda:

I - deferir o aproveitamento do crédito presumido;

II - acompanhar e fiscalizar o aproveitamento do crédito presumido e aplicar multa, quando observadas infrações às determinações constantes da presente lei.

Art. 6º - O crédito presumido corresponde a até 2% (dois por cento) do ICMS a recolher em cada período de apuração.

Art. 7º - A escrituração e o aproveitamento do crédito presumido serão feitos 60 (sessenta) dias após a transferência dos recursos, comprovada perante a repartição fazendária da jurisdição do contribuinte.

Art. 8º - É vedada a utilização de crédito presumido em relação a projetos de que sejam beneficiários a própria empresa incentivadora seus sócios ou titulares e suas coligadas ou controladas.

Parágrafo Único - A vedação prevista neste artigo se estende a ascendente ou descendente em primeiro grau, e cônjuges, titulares ou sócios.

Art. 9º - As obras resultantes do projeto cultural poderão ser apresentadas em todo o Estado do Paraná, devendo constar que o empreendimento foi realizado com recursos decorrentes desta lei.

Art. 10 - A empresa que se aproveitar indevidamente do benefício fica sujeita a multa correspondente a 2 (duas) vezes o valor do crédito presumido.

Art. 11 - Na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no caso de desvio

de objeto, será aplicada a qualquer pessoa, a multa correspondente a 2 (duas) vezes valor da vantagem recebida indevidamente.

Parágrafo Único - No caso de conluio, a multa prevista neste artigo se aplica também à empresa que transferiu os resultados, sem prejuízo da penalidade estabelecida no artigo anterior.

Art. 12 - As infrações formais serão punidas com a multa estabelecida no artigo 15.

Art. 13 - Instituição pública não pode ser financiada com recursos desta lei, para atender aos seus objetivos institucionais, salvo escolas de artes e bibliotecas.

Art. 14 - As entidades representativas dos diversos segmentos da cultura podem ter acesso à documentação referente aos projetos beneficiados por esta lei.

Art. 15 - A Secretaria de Estado da Fazenda baixará os atos que se fizerem necessários à aplicação desta lei, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.07.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Estado e a Sociedade na produção e preservação do Bem Cultural Paranaense.

Cultural: "Complexo dos padrões de comportamento das crenças, das instituições e de outros valores espirituais transmitidos coletivamente e características de uma sociedade: Novo Dicionário da Língua Portuguesa" - Aurélio Buarque de Holanda.

"A grande lei da cultura é esta: Deixar que cada um se torne tudo o que foi criado capaz de ser". Ensaio de crítica e diversos - Tomas Carlyle.

Cultura portanto, é tudo que nos cerca e que nos chega de maneira inteligente e não só a produção erudita de pessoas bem informadas. Tem portanto, uma dimensão cotidiana, natural, própria ao homem que se educa formal ou informalmente e que ganha experiência a cada novo dia de sua vida. Por consequência, é também, um direito elementar de qualquer indivíduo e sua sociedade democrática.

É claro que isto nada tem a ver com uma concepção intervencionista de cultura, segundo a qual, as autoridades culturais existem para criar fatos novos, inesperados e desconexos que perturbam a naturalidade do processo de produção cultural.

Uma visão paternalista que consagra o princípio da intervenção, corresponderia a conceito de que o Estado deveria também intervir na área cultural. Nada mais incoerente em um País pobre e carente como o nosso, pois só o desenvolvimento cultural pode proporcionar uma visão mais ampla, mais lúcida, menos convencional e conformista.

Sem dúvida alguma, temos vivido etapas significativas no desenvolvimento da Cultura no Paraná. O movimento cultural caminhou em muitos aspectos e começa a atingir maturidade que por sua importância e abrangência atesta a vitalidade e o dinamismo com os quais a cultura vem sendo tratada, apesar de todas as dificuldades. Hoje afirmamos que o povo paranaense reconhece sua identidade e valoriza seus elementos culturais.

O projeto propõe a participação das empresas sediadas no Estado, fornecendo desta forma recursos para a realização de projetos culturais voltados para as diferentes áreas artísticas que em nosso Estado se expandiram deixando importantes marcos que podemos registrar:

I - MÚSICA ERUDITA - Criação e fortalecimento da Orquestra Sinfônica do Paraná, hoje reconhecidamente imprescindível para a formação musical do artista paranaense.

MÚSICA POPULAR - implantação da série Fotográfica com o registro de nomes ilustres de nosso cenário musical.

DANÇA - Criação do Projeto Dançarte que pretende a miscigenação de grupos de dança de outros Estados com grupos paranaenses, criando oportunidade de divulgar e prestigiar nossos bailarinos.

II - TEATRO - Através de projetos "Auxílio" podemos ampliar o mercado de trabalho e implantar o intercâmbio cultural dos grupos teatrais dentro e fora do Estado.

CIRCO - O Circo da Cultura traz em seu bojo a proposta de abrir espaço para a arte circense além de proporcionar oficinas e apresentações itinerantes.

III - CINEMA, FOTOGRAFIA E VÍDEO - A área de cinema será beneficiada com a implantação do Curso de Cinema de média duração, visando a formação de técnicos, atores, diretores e roteiristas. No que concerne à área de fotografia, concursos, mostras e edição de livros serão motivos de preocupação do Estado. Nos últimos tempos os vídeos ganham reconhecimento e aplauso através de premiações a nível nacional e internacional.

IV - LITERATURA - A realização de curso e a edição de livros de escritores paranaenses são atividades permanente além de feiras de literatura, Seminários, Palestras, etc.

V - ARTES PLÁSTICAS - Exposições, mos-

tras, catalogação e recuperação de obras de pintores e escultores paranaenses divulgam e estimulam os artistas plásticos que hoje são reconhecidos nacionalmente.

VI - FOLCLORE E ARTESANATO - Uma catalogação criteriosa será elaborada contendo dados minuciosos de todos os grupos folclóricos e artesãos do Estado, feiras e exposições serão realizadas sistematicamente, trazendo para a capital o trabalho muitas vezes ignorado e esquecido nos distantes municípios do Estado.

VII - MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL - Recuperação, registro e divulgação de nossa história através de fotos, publicações e documentos que enfocam fatos e dados relevantes, são atividades permanentes da área de Memória além da realização de exposições e publicações periódicas de ensaios e estudos sobre nossa história.

Quanto ao Patrimônio Histórico Paranaense, o Estado tem recuperado momentos, mantendo vivo o passado de nosso povo.

Foram revitalizados e adequados antigos imóveis em todo o Estado que hoje servem de casas de espetáculo e abrigam as inúmeras manifestações artísticas.

Devemos lembrar ainda que a descentralização da cultura, conseguida através da municipalização cultural levanta prioridades, registra vocações artísticas incentiva o intercâmbio artístico, propiciando ao Estado uma visão ampla e objetiva de nossa realidade cultural.

Este projeto de lei prevê a concessão de crédito presumido do ICMS e vem ao encontro das necessidades básicas para a continuidade do desenvolvimento das artes paranaenses cabendo ao Estado, através da Secretaria da Fazenda, o acompanhamento e fiscalização, o que, sem dúvida, evitará qualquer tipo de irregularidade em sua aplicação e prestação de contas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 349/93

Concede crédito presumido de ICMS para a realização de projetos culturais no Estado do Paraná.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 349/93

P A R E C E R:

O projeto em análise, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, tem por finalidade conceder crédito presumido do

ICMS para a realização de projetos culturais no Estado do Paraná.

Ao ser apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça recebeu parecer favorável.

Esta Comissão, ao submeter a exame o plano de lei em apreço, nada encontrou que impeça a sua normal tramitação nesta Casa, opinando assim pelo seu encaminhamento ao Egrégio Plenário para discussão e votação quanto ao mérito.

Sala das Comissões, em 15.09.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI N° 349/93

P A R E C E R:

O plano de lei logrou parecer favorável da C.C.J..

No âmbito dessa Comissão, não vemos qualquer óbice à normal tramitação do projeto de lei, opinando favoravelmente pela sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 21.09.93.

(aa) ALCEU SWAROWSKI
Presidente e Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 368/93, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO, que denomina Colégio Estadual de Paranavaí Professor Benjamin Antonio Johann, o Colégio Estadual do Município de Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., e C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. n° 104, de 04.08.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 368/93

P A R E C E R:

Analisando o projeto de lei em questão, no que diz respeito a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices a sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Portanto, recebe desta Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 368/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, o Projeto de Lei n° 368/93, visa denominar "Colégio Estadual de Paranavaí Professor Benjamin Antonio Johann", o Colégio Estadual do Município de Paranavaí.

Analisado pela Comissão de Constitui-

ção e Justiça, o projeto de lei em questão já tem o parecer favorável, por estar dentro das normas regimentais e constitucionais.

Portanto, recebe também desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, parecer favorável, acompanhando os votos dos membros que compõem a CCJ.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.08.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente, solicitando a retirada e o arquivamento. **Aprovado.**

Fica portanto, retirado e arquivado o Projeto de Lei n° 368/93.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 444/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário, que liga o município de São Tomé ao Bairro Rodeio, divisa com o município de Cianorte. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 116, de 24.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 444/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Dirceu Manfrinato o Projeto de Lei n° 444/93, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário, que liga o Município de São Tomé ao Bairro Rodeio, divisa com o Município de Cianorte.

Da análise do referido projeto, em razão de tratar-se de medida meramente autorizatória, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 444/93

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de São Tomé ao Bairro Rodeio, divisa com o Município de Cianorte.

Tendo sido submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça o mesmo recebeu parecer favorável.

Nos limites das atribuições desta Comissão nada há que obste a tramitação de presente.

Nestas condições, opinamos favoravel-

mente à aprovação do projeto em plenário.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 27.09.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 507/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Mantenedora Saint Germain, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. 126, de 20.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 507/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, o Projeto de Lei nº 507/93, que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Mantenedora Saint Germain, com sede e foro nesta Capital.

Da análise do referido projeto, constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os dispositivos legais da Lei 6994/78, e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre, a Mesa, Requerimento nº 3827, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 06, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 266, 301, 313, 316, 349, 444, 507 e 582/93.

1.^a DISCUSSÃO - do Projetos de Lei Complementar nº 037/93 e dos Projetos de Lei nºs 296, 367, 415, 434, 445, 490, 499, 501, 506, 519 e 530/93.

Levanta-se a sessão.